





 Gisele Ane Bortolini<sup>1</sup>  
 Ana Maria Cavalcante de Lima<sup>1</sup>  
 Paloma Abelin S. Marinho<sup>1</sup>  
 Gabriella Carrilho L. de Andrade<sup>1</sup>  
 Ana Carolina Lucena Pires<sup>1</sup>  
 Milena Serenini Bernardes<sup>1</sup>  
 Lilian Ânima Bressan<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição-  
Secretaria de Atenção Primária à Saúde - Departamento de Promoção da Saúde - Ministério da Saúde. Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Anexo B - 4º Andar --Brasília/DF - Brasil

**Correspondência**  
Gisele Ane Bortolini  
[gisele.bortolini@gmail.com](mailto:gisele.bortolini@gmail.com)

## Perspectivas atuais da Política Nacional de Alimentação e Nutrição: no contexto da pandemia de COVID-19

*Current perspectives of the National Food and Nutrition Policy: in the context of the COVID-19 pandemic*

### Resumo

**Introdução.** A Política Nacional de Alimentação e Nutrição é marcada por crescente implementação de ações, programas e iniciativas que buscam atender às necessidades e particularidades impostas pela conjuntura do país, contexto alimentar e nutricional da população, e respondem às oportunidades de construção da agenda de trabalho. A Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde é responsável, enquanto gestão federal em saúde, pelo estabelecimento das orientações referentes à implementação da Política, das prioridades em prol da saúde e nutrição da população, além de apoiar estados e municípios na efetivação das ações, programas e iniciativas em sua esfera de atuação. **Objetivo.** Descrever os principais avanços da agenda de A&N, no contexto da pandemia de Covid-19, a partir dos dispositivos legais homologados em âmbito da gestão federal e apontar perspectivas futuras. **Desenvolvimento.** A partir da descrição do contexto e avanços das ações, programas e agendas impulsionadas pela gestão federal da Política nos últimos dois anos, são apresentadas as perspectivas da política e seus avanços, bem como os desafios e oportunidades para os próximos anos, no contexto do Sistema Único de Saúde. **Considerações finais.** Os anos de 2020 e 2021 foram fortemente marcados pela pandemia de Covid-19, trazendo impactos para a saúde da população e desafios para a gestão pública em saúde. No contexto da agenda de alimentação e nutrição no Sistema Único de Saúde, foi preciso vislumbrar janelas de oportunidade política para fortalecimento da agenda.

**Palavras-chave:** Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Atenção Primária à Saúde. Sistema Nacional de Saúde. Sistema Único de Saúde.

### Abstract

**Introduction.** The National Food and Nutrition Policy is marked by increasing implementation of actions, programs, and initiatives that seek to meet the needs and particularities imposed by the country's situation, the population's food and nutrition

context, and respond to opportunities to build the work agenda. The General Coordination of Food and Nutrition of the Ministry of Health is responsible, as federal health management, for establishing the guidelines for implementing the Policy, the priorities for health and nutrition of the population, and for supporting states and municipalities in the implementation of actions, programs and initiatives within their sphere of action. **Objective:** To describe the main advances in the A&N agenda in the context of the Covid-19 pandemic, based on the legal provisions approved at the federal level, and to point out future prospects. **Development:** Based on the description of the context and advances of actions, programs and agendas driven by the federal management of the Policy in the last two years, the perspectives of the policy and its advances are presented, as well as the challenges and opportunities for the coming years, in the context of the Unified Health System. **Final considerations:** The years 2020 and 2021 were strongly marked by the Covid-19 pandemic, bringing impacts to the population's health and challenges for public health management. In the context of the food and nutrition agenda in the Brazilian Unified Health System, it was necessary to glimpse windows of political opportunity to strengthen the agenda.

**Keywords:** Food and Nutrition Policies and Programs. National Food and Nutrition Policy. Primary Health Care. National Health System. Unified Health System.

## INTRODUÇÃO

Decorridos mais de 20 anos da publicação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), a análise sobre sua implementação destacou como avanços: a publicação dos Guias Alimentares; o fomento à pesquisa em alimentação e nutrição (A&N) para a construção da agenda regulatória e a descentralização de recursos financeiros para a execução das ações. Do monitoramento e avaliação, observaram-se o foco na situação alimentar e nutricional, e destacaram-se os insuficientes mecanismos para retroalimentar a política. Manteve-se o desafio de cumprimento efetivo do seu compromisso histórico: a garantia universal do Direito Humano à Alimentação Adequada.<sup>1</sup>

De forma complementar ao registro dos aspectos histórico-sociais das ações implementadas a partir da PNAN de 1999 a abril de 2020,<sup>1</sup> e ainda no contexto da pandemia de Covid-19, serão apresentados os principais avanços da agenda de A&N, a partir dos dispositivos legais homologados em âmbito da gestão federal, bem como as perspectivas para a agenda.

## CONTEXTO E AVANÇOS

No contexto da pandemia de Covid-19, o Sistema Único de Saúde (SUS) apresenta desafios de recuperação e readequação de processos e rotinas de trabalho em todos os níveis de atenção. Na Atenção Primária à Saúde (APS), o arrefecimento da pandemia resultou em demandas vinculadas à retomada dos atendimentos e das necessidades prioritárias na APS, de forma a garantir o acesso universal e equânime da população, além das ações de enfrentamento da pandemia.

Somados a isso, os desafios de garantia de orçamento e estrutura básica para o funcionamento do SUS, a fragilidade da gestão em saúde no país, assim como os desafios para a implementação das políticas sociais, tornam o contexto ainda mais adverso para a garantia do direito à saúde e das agendas em direitos humanos. Nesse contexto, a PNAN, assim como as demais políticas de saúde, precisou atentar para possíveis janelas de oportunidade para a formulação de programas e iniciativas que pudessem manter a agenda viva.

Considera-se que foi possível manter a agenda, marcando avanços importantes em algumas temáticas, com aporte considerável de novos recursos e, sobretudo, perpetuando a realização de ações já existentes e a valorização da A&N no Ministério da Saúde (MS). A seguir, destacam-se alguns desses avanços, organizados a partir de temas estratégicos dessa agenda.

### Atenção Nutricional

A atenção nutricional diz respeito aos cuidados em alimentação e nutrição que abrangem desde a vigilância, promoção da saúde até o tratamento de agravos. Nesse sentido, em decorrência da pandemia, diante do acúmulo de conhecimento da área, com apoio da academia e sociedade civil, foi possível viabilizar agendas para o enfrentamento da má nutrição no país. No contexto de publicação de portarias emergenciais em função da pandemia, no âmbito do setor saúde, oportunizou-se o repasse de incentivos financeiros a todos os 5.570 municípios, visando intensificar a vigilância alimentar e nutricional de crianças e gestantes do Programa Bolsa Família que apresentavam má nutrição, e incluindo recomendação de ações de cuidado e intersetoriais,<sup>2</sup> com a disponibilização de instrutivos aos gestores.<sup>3</sup>

Ainda nesse contexto, diante das novas e robustas evidências que mostraram relação do agravamento e aumento do risco de morbimortalidade por Covid-19 em indivíduos com excesso de peso e obesidade,<sup>4</sup> foi publicada portaria com o objetivo de intensificar as ações voltadas às pessoas com obesidade, diabetes *mellitus* ou hipertensão arterial sistêmica na APS,<sup>5</sup> conforme detalhado no Quadro 1. Importante destacar que a proposta se baseou em discussões acumuladas a partir de estudos, debates com especialistas e participação em eventos, sobre como promover mais visibilidade e, concomitantemente, reduzir os estigmas da condição de obesidade no SUS, reconhecer as limitações estruturais nos

serviços que geram iniquidades na assistência prestada a essas pessoas e da necessidade de qualificação dos profissionais quanto a abordagem, manejo e comunicação para esse trabalho.

Para reforçar a atuação das equipes de APS no cuidado a adultos com sobrepeso e obesidade, foram publicados o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas voltados ao tratamento<sup>6</sup> e um conjunto de instrutivos de abordagem coletiva<sup>7-9</sup> e individual. Além do Manual de Atenção às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde,<sup>10</sup> foram ofertados nove cursos de autoaprendizagem e um curso de especialização, para contribuir com a formação de profissionais de saúde. A oferta dos cursos foi feita com apoio do UNASUS, totalizando a qualificação de 60 mil profissionais. Estão ainda em fase final de implementação 24 projetos selecionados na Chamada 26/2018 CNPq e mais 12 na Chamada 28/2019 CNPq, financiados pela coordenação.

Em relação à agenda de prevenção e controle das carências nutricionais, com base nos resultados do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), foram discutidos ajustes nas recomendações e nos programas de suplementação de micronutrientes, no sentido de rever suas condutas de implementação, de forma a garantir o princípio de equidade do SUS, considerando a redução de prevalência de anemia no país de 20,9% para 10% e da hipovitaminose A de 17,4% para 6% entre 2006 e 2019.<sup>11</sup> Dada a maior vulnerabilidade observada na Região Norte, única com aumento absoluto da prevalência de anemia, no período, que passou de 10,4% para 17,0%, em crianças de 6 a 59 meses e representando 30,3% em crianças de 6 a 23 meses, decidiu-se priorizar e intensificar as ações de suplementação de micronutrientes nessa região.<sup>12</sup>

A atuação do MS frente aos desafios de prevenção e cuidado da obesidade infantil se intensificaram nos últimos dois anos. Em 2019 e 2021, foram divulgadas amplas campanhas de comunicação para toda a população, com mensagens direcionadas à promoção da alimentação adequada e saudável, com redução no consumo de ultraprocessados, incentivo à prática de atividade física e redução de comportamento sedentário,<sup>13</sup> além manutenção do Programa Crescer Saudável.<sup>14</sup>

Mais recentemente, um conjunto de ações coordenadas pelo MS foi lançado, reunindo diversos parceiros em torno da mobilização para o estabelecimento do compromisso social de reversão do cenário de obesidade infantil no país.<sup>15</sup> O lançamento do Proteja, que é a estratégia de prevenção e atenção à obesidade infantil, fortalece todas as diretrizes da PNAN ao mobilizar gestores locais para o desenvolvimento de espaços e ambientes promotores de saúde, alimentação saudável e a prática de atividade física nos territórios.<sup>16-19</sup> Em paralelo, foi lançado curso EAD sobre obesidade infantil, disponível na plataforma AVASUS,<sup>20</sup> elaborado o instrutivo de orientação do cuidado às crianças com diagnóstico de obesidade<sup>21</sup> e produzido um curso sobre o instrutivo. Essa agenda é ampla e envolve grande investimento orçamentário, que somam aproximadamente R\$ 90 milhões em três anos. Esse processo será monitorado e avaliado por parceiros, e será possível identificar pontos fortes e fragilidades a serem recompostas no decorrer de sua implementação e, espera-se êxito, em médio e longo prazos.

E ainda, para contribuir com a organização da atenção nutricional na APS, foi realizado, no início de 2022, o II Seminário Internacional de Alimentação e Nutrição na APS, no qual a matriz atualizada de ações de alimentação e nutrição,<sup>22</sup> as 35 recomendações para uma atenção nutricional forte na APS<sup>23</sup> e a vitrine do conhecimento de A&N em saúde pública<sup>24</sup> (que reúne documentos e materiais informativos sobre a área) foram lançadas. O II Seminário teve como produto a 2ª Carta de Brasília, que evidenciou o que deveria ser fortalecido para destacar a área de A&N na APS no conjunto das políticas públicas. Ademais, estão sendo financiados 21 estudos selecionados no edital 27/2019, que ajudarão a identificar estratégias mais efetivas de nutrição na APS.<sup>25</sup>

## Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN)

Em 2021, 33,2 milhões de brasileiros tiveram o estado nutricional registrado nos sistemas de informações da APS. Esse resultado foi o maior observado na série histórica disponível. Em 2020, foram 23,7 milhões de indivíduos com estado

nutricional avaliado na APS, observando-se redução em relação a 2019, que foi de 30,5 milhões. Em 2021, 6,45% das crianças menores de 5 anos apresentaram desnutrição (segundo indicador IMC para idade); 33,9% das crianças de 5 a 9 anos estavam com excesso de peso e 17,8% com obesidade; 67,4% dos adultos estavam com excesso de peso e 32,9% com obesidade. A desnutrição acometeu 11,8% dos idosos em 2020.<sup>26</sup> Importante destacar que todos os repasses de recursos realizados no âmbito da PNAN foram atrelados à meta de aumentar a cobertura de VAN. Além disso, estão em fase final de elaboração novos Guias para a VAN em nível local, com o objetivo de apoiar o processo de qualificação das ações na APS. Em 2020, foi publicada a última portaria de repasse de capital destinada à compra de equipamentos antropométricos, completando o ciclo de UBSs que haviam sido identificadas como prioritárias.<sup>27</sup>

A partir de um olhar ampliado da VAN, que considera diferentes estratégias de vigilância epidemiológica aplicadas no fomento a inquéritos populacionais, chamadas e produção científica, destaca-se o ENANI, que já conta com financiamento da área para a realização da segunda fase, o ENANI 2. Ainda sobre as perspectivas desse estudo, novos resultados estão sendo processados e divulgados para aprimoramento dos programas e ações da política.<sup>11</sup>

### Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS)

Nos últimos anos, investiu-se no desenvolvimento de ferramentas que apoiem os profissionais de saúde no reforço à disseminação das recomendações para uma AAS, tornando essas mensagens mais acessíveis à população brasileira. Foram publicados protocolos de uso do Guia Alimentar utilizando os marcadores de consumo alimentar, estratégia para reforçar o uso dos marcadores da VAN no âmbito da APS. Os protocolos foram voltados à população em geral,<sup>28</sup> idosos,<sup>29</sup> gestantes<sup>30</sup> e, ainda, protocolos para crianças,<sup>31</sup> adolescentes,<sup>32</sup> indivíduos com obesidade,<sup>33</sup> diabetes e hipertensão.<sup>34</sup>

De forma complementar, ações e estratégias de comunicação estão sendo desenvolvidas, de alcance direto à população, por meio do Portal Saúde Brasil.<sup>35</sup> Nessa plataforma são veiculadas matérias, séries de vídeos, *podcasts* e outros materiais sobre alimentação saudável, monitoramento do ganho de peso, incentivo à prática de atividade física e cessação do tabagismo. Também foi disponibilizada no aplicativo “Conecte SUS” a funcionalidade “Peso Saudável”, que apresenta informações sobre prevenção do excesso de peso e alerta sobre fatores de risco para o desenvolvimento da obesidade, como a falta de atividade física e má alimentação. Na parte mais interativa do aplicativo, estão o teste “Como está a sua Alimentação?” e a calculadora de Índice de Massa Corporal, além de um programa de 12 semanas visando ao autocuidado apoiado.

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil foi potencializada ao destinar recursos financeiros atrelados ao cumprimento de metas e ao apoiar a elaboração de projetos de implementação local. Além disso, propostas de desburocratização e simplificação da estratégia estão em curso e devem ser publicadas até final de 2022. A adaptação da EAAB e do Guia Alimentar para crianças indígenas está em adaptação para duas etnias.

A atualização das recomendações do PNAE representa ação concreta de como o Guia Alimentar pode e deve induzir políticas em outros setores.<sup>36</sup> Estão em curso parcerias para difusão do Guia Alimentar para nutricionistas, e em processo de elaboração a estratégia de implementação do Guia para os setores da Agricultura, Assistência Social, Meio Ambiente e Trabalho.

A agenda de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) ganhou destaque em 2021, com a instituição do Ano Internacional de FLV pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O setor saúde tem o desafio de difundir as mensagens do Guia e de promovê-lo enquanto indutor de políticas em todos os setores, da produção ao consumo. A agenda de FLV contou com o lançamento do Laboratório de Inovações em FLV,<sup>37</sup> a realização de diálogos nas cinco regiões brasileiras<sup>38</sup> para discutir o tema e com o compartilhamento de experiências, culminando no Diálogo Nacional com o objetivo de impulsionar a agenda de promoção da AAS, com base no Guia Alimentar para a População Brasileira, e promover o debate acerca dos impactos e repercussões do sistema alimentar de FLV nas condições de saúde,

alimentação e nutrição da população. Esses debates subsidiarão a construção de uma agenda nacional coordenada, a ser disponibilizada ainda em 2022.

### **Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)**

No início da pandemia, com pouco conhecimento sobre o vírus Sars-CoV, na ausência de coordenação nacional para as ações de SAN, com o intuito de colaborar com medidas que pudessem apoiar a garantia da saúde e a SAN da população no enfrentamento da Covid-19 e, tendo em vista as competências do SUS, foi encaminhado ofício para todas as referências estaduais de A&N na saúde, com recomendações de ações e articulações importantes que precisariam ser reforçadas e/ou mantidas.<sup>39</sup> Nele, recomenda-se definir um espaço de governança das ações intersetoriais para contribuir com a SAN da população brasileira e coordenar as iniciativas, planos e ações emergenciais de provimento alimentar direto e indireto que estivessem sendo desencadeados ou operados pelas três esferas de governo, com destaque para a valorização da agricultura familiar e iniciativas que promovessem circuitos curtos de oferta de alimentos frescos e de qualidade, a preços acessíveis, dentre outras.

Para apoiar as equipes da APS, foi elaborado material instrutivo contendo recomendações sobre alimentação em tempos da Covid-19.<sup>40</sup> Visando contribuir com a agenda do ponto de vista do setor saúde e para a garantia universal do DHAA, foi desenvolvido instrutivo para orientar as equipes de APS no processo de monitoramento e de avaliação da situação de insegurança alimentar nos territórios, com recomendações para a organização da rede de SAN nos municípios.<sup>41</sup>

Identifica-se, portanto, a manutenção da atribuição da gestão federal em saúde enquanto responsável pelas orientações e apoio aos estados, respeitando a autonomia e a separação entre os entes federativos. Importante registrar que, até o final de 2021, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional não havia sido reestruturada e reuniões intersetoriais não foram realizadas.

### **Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)**

A descentralização de recursos financeiros para apoiar estados e municípios na implementação das ações da PNAN compõe um histórico importante do financiamento da política. A consistência do repasse do FAN, que acontece desde 2006, tem como objetivo apoiar, em âmbito local, a implementação das ações, programas e iniciativas de A&N e representa os esforços para manutenção da agenda no contexto atual. A tabela 1 apresenta a relação de atos normativos com descentralização de recursos financeiros realizada às Secretarias estaduais e municipais de Saúde no período. Enfatiza-se que, para todas as portarias com temáticas afetas à área de A&N, foram elaborados instrutivos com informações orientadoras e materiais complementares a respeito do detalhamento do objeto a que se destinavam os recursos previstos, incluindo a definição de indicadores de monitoramento, já que a falta de clareza sobre as ações a serem implementadas constitui fator limitante para o uso de recursos pelos fundos municipais de saúde. Tal dispositivo é relevante para aumentar a transparência e compreensão dos gestores, conselheiros e instâncias de controle quanto às ações passíveis de cumprimento, facilitando o processo de monitoramento da execução orçamentária e a priorização da agenda nos instrumentos de gestão do SUS. Além disso, a inclusão de indicadores de monitoramento para induzir o aumento da cobertura da VAN nos municípios fortalece a organização das ações de A&N em nível local.

Foi elaborada proposta de ampliação do FAN para todos os municípios, apresentada no Grupo de Trabalho de Atenção Primária da Comissão Intergestores Tripartite e aprovada pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS), porém o orçamento não foi disponibilizado em 2022 e a área refaz a solicitação para 2023.

**Tabela 1.** Relação de atos normativos com descentralização de recursos financeiros para estados e municípios em 2020 e 2021.

Portaria	Descrição	Nº de UF contempladas	Indicadores	Valor de repasse
Portaria nº 1.012, de 18 de maio de 2020	Estabelece, no ano de 2020, incentivo de custeio para a estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição pelas Secretarias de Saúde dos Municípios que possuem população entre 30.000 e 149.999 habitantes com base na PNAN.	936 municípios com população entre 30 e 150 mil hab.	Conforme definido nos instrumentos de planejamento do SUS do ente federado com prestação de contas por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG), em observância ao disposto no Título I da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	R\$ 12.389.000,00
Portaria nº 802, de 14 de abril de 2020	Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na PNAN.	27 estados e 196 municípios	Conforme definido nos instrumentos de planejamento do SUS do ente federado com prestação de contas por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG), em observância ao disposto no Título I da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	*R\$ 3.270.000,00 para os estados *R\$ 7.485.000,00 para municípios com mais de 150 mil habitantes
Portaria nº 2.994, de 29 de outubro de 2020	Institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), no SUS, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do novo coronavírus.	5570 municípios	*Aumento do número de atendimentos individuais para as condições avaliadas de obesidade, diabetes mellitus e hipertensão arterial sistêmica registrado no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB). *Aumento do número de atendimentos individuais para as condições avaliadas de diabetes mellitus registrado no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB). *Aumento do número de atendimentos individuais para as condições avaliadas de hipertensão arterial sistêmica registrado no Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB).	R\$ 221.811.937,50
Portaria nº 1.210, de 18 de maio de 2020	Habilita municípios a receberem recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados.	304 municípios	Conforme definido nos instrumentos de planejamento do SUS do ente federado com prestação de contas por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG), em observância ao disposto no Título I da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.	R\$ 5.166.000,00



Tabela 1. Relação de atos normativos com descentralização de recursos financeiros para estados e municípios em 2020 e 2021

Portaria	Descrição	Nº de UF contempladas	Indicadores	Valor de repasse
Portaria GM/MS nº 3.297, de 4 de dezembro de 2020	Instituiu, em caráter excepcional e temporário, o incentivo financeiro de custeio para as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e da alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de 2 (dois) anos de idade no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), na APS.	382	*Aumento do número de crianças menores de 2 anos com estado nutricional registrado nos Sistemas de Informação da Atenção Primária. *Aumento do número de crianças menores de 2 anos com práticas alimentares registradas nos Sistemas de Informação da Atenção Primária, com base nos marcadores de consumo alimentar.	R\$ 16.962.517,94
Portaria nº 2.141, de 14 de agosto de 2020	Habilita Municípios e Distrito Federal ao recebimento do incentivo financeiro para implementação das ações do Programa Saúde na Escola no segundo ano do ciclo 2019/2020 e destina recursos financeiros para os municípios e Distrito Federal aderidos ao Programa Crescer Saudável que alcançaram as metas do Programa.	4604	*Avaliar o estado nutricional (peso e altura) das crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas participantes do Programa Saúde na Escola (PSE). *Ofertar atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no seu município. *Ofertar atividades coletivas de promoção das práticas corporais e atividades físicas para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I nas escolas que participam do PSE no seu município. *Atender as crianças identificadas com obesidade por meio de intervenção e cuidado na rede de Atenção Primária à saúde do município.	R\$ 20.437.092,00
Portaria GM/MS nº 1.320, de 22 de junho de 2021	Define os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola e ao Crescer Saudável para o ciclo 2021/2022, os habilita ao recebimento do teto de recursos financeiros pactuados em Termo de Compromisso e dá outras providências.	4118	*Estado nutricional avaliado de todas as crianças menores de 10 anos matriculadas em escolas participantes do PSE no ciclo 2021/2022 *Marcadores de consumo alimentar avaliados de no mínimo 10% das crianças menores de 10 anos matriculadas em escolas participantes do PSE no ciclo 2021/2022 *Realizar no mínimo 2 atividades coletivas por ano, na temática de promoção da alimentação adequada e saudável, por escola participante do PSE no ciclo 2021/2022 *Realizar no mínimo 2 atividades coletivas, por ano, de promoção das práticas corporais e atividades físicas, por escola participante do PSE no ciclo 2021/2022 *Realizar atendimento individual para todas as crianças menores de 10 anos identificadas com obesidade na Atenção Primária à Saúde (APS)	R\$ 20.437.092,00



**Tabela 1.** Relação de atos normativos com descentralização de recursos financeiros para estados e municípios em 2020 e 2021

Portaria	Descrição	Nº de UF contempladas	Indicadores	Valor de repasse
Portaria GM/MS nº 1.127, de 02 de junho de 2021	Habilita estados, Distrito Federal e municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN, referente ao exercício financeiro de 2021.	27 estados e 1173 municípios com população > 30 mil hab.	*Aumento do número de indivíduos com estado nutricional registrado. *Aumento do número de indivíduos com marcadores do consumo alimentar registrados.	R\$ 23.402.000,00
Portaria GM/MS nº 894, de 11 de maio de 2021	Institui, em caráter excepcional, incentivos financeiros federais de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, a serem transferidos, em parcela única, aos municípios e Distrito Federal, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.	5570	*Número de atendimentos individuais de crianças menores de 7 anos do PBF para condição avaliada como desnutrição. *Número de atendimentos individuais de crianças menores de 7 anos do PBF para condição avaliada como obesidade. *Número de atendimentos individuais de gestantes do PBF para condição avaliada como desnutrição. *Número de atendimentos individuais de gestantes do PBF para condição avaliada como obesidade.	R\$ 345.432.001,15
Portaria GM/MS nº 2.670, de 13 de outubro de 2021	Define e habilita municípios com adesão ao recebimento de incentivo financeiro federal de custeio destinado à implementação das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil no âmbito da Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja).	1320	*Aumento do número de crianças com estado nutricional (peso e altura) avaliado; *Aumento do número de crianças com práticas alimentares (marcadores de consumo alimentar) avaliadas; *Aumento do número de atendimentos individuais para problema ou condição avaliada obesidade em crianças.	R\$ 31.948.300,00

Fonte: Painel do Orçamento Federal, dados referenciados à base SIAFI de 21/02/2022, disponível em: [https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao\\_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true](https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true), acesso em 22/02/2022.

Além das dotações orçamentárias aprovadas em 2020 e 2021 na funcional programática de Implementação de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde (R\$ 68.180.000,00 e R\$72.887.000,00, respectivamente), houve um incremento de R\$ 250 milhões em 2020 e de quase R\$ 340 milhões em 2021, para apoiar a implementação das ações de alimentação e nutrição nos estados e municípios. Estas foram impulsionadas pelo Programa Crescer Saudável, enquanto ação do Programa Saúde na Escola e da instituição de recursos de caráter extraordinário em decorrência da pandemia de Covid-19.

### **Fortalecimento da implementação da PNAN**

A implementação da PNAN em todos estados e municípios segue sendo um dos maiores desafios; por isso, em 2021, foi realizado um diagnóstico de cada estado utilizando um questionário autoaplicável e grupos focais por região do país para identificar os avanços e desafios na implementação da PNAN em nível estadual; qualificar o nível de apoio necessário em cada estado brasileiro e apoiar a gestão estadual no processo de planejamento das ações e programas no âmbito da Política, e com foco na APS. O referido diagnóstico direcionou os esforços da equipe nacional para apoio local aos estados que acontecerá ao longo de 2022.

### **Controle Social**

A Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição, do Conselho Nacional de Saúde, foi o espaço preservado em que ocorreram diversos debates e foram acolhidas as sugestões da sociedade. No período, foram elaboradas recomendações, com destaque para: a) recomendação aos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal, a criação de Comissões Intersetoriais de Alimentação e Nutrição;<sup>42</sup> b) recomendação ao Ministério da Saúde que implemente o Guia Alimentar para a População Brasileira;<sup>43</sup> c) medidas para operacionalização adequada do Programa de Alimentação dos Trabalhadores;<sup>44</sup> d) Publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Alergia à Proteína do Leite de Vaca;<sup>45</sup> e) preço dos alimentos visando SAN;<sup>46</sup> f) promoção da saúde e da alimentação e nutrição no combate à pandemia da Covid-19.<sup>47</sup>

Com o intuito de fomentar maior articulação entre gestores de saúde e o controle social, as inscrições para o curso de liderança Trilhas estavam vinculadas à inscrição em dupla. No entanto, no decorrer do processo, foi preciso flexionar esse critério para inscrições de gestores apenas, pela falta de identificação de conselheiros interessados no tema. Tal fato evidencia a necessidade de fortalecimento dos conselhos locais de saúde para a agenda de alimentação e nutrição, uma vez que o planejamento no SUS é ascendente e se inicia pelas conferências municipais de saúde.

### **Agenda Internacional**

Das perspectivas atuais da PNAN, importante ressaltar a imensa contribuição na agenda internacional com a participação em grandes eventos, em debates sobre o direcionamento de políticas e a celebração de importantes pactos bi e multilaterais que ampliaram o destaque do Brasil frente à indução na formulação de guias baseados em alimentos nos países que compõem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>48</sup> e acordos sobre alimentação em tempos de Covid-19 no âmbito do Mercosul. Um desses Acordos visa garantir alimentos saudáveis na Assistência Alimentar a Populações Vulneráveis no Âmbito da Covid-19;<sup>49</sup> outro trata da proteção das dietas tradicionais baseadas em guias alimentares locais, valorizando os alimentos *in natura* e minimamente processados; e um terceiro é sobre ambiente escolar protegido e saudável para as crianças.<sup>50,51</sup> Além disso, o MS assumiu a meta de reduzir em 2% a obesidade infantil durante o evento Tokyo Nutrition for Growth.<sup>52</sup> Como continuidade e desdobramento das discussões da Cúpula dos Sistemas Alimentares, o Brasil aderiu à coalização para promover dietas saudáveis e sustentáveis.

## A PNAN EM PERSPECTIVA

É importante considerar que a formulação de políticas no âmbito da A&N nesse contexto está atrelada a alguns aspectos fundamentais. A articulação e mobilização de diversos atores e instituições em prol da alimentação adequada e saudável (AAS) no país; a consolidação da política para um estabelecimento claro de suas diretrizes na gestão federal e local no setor saúde; a extensa produção científica na área de A&N, que permite a constante fundamentação técnica para a manutenção da agenda; e a valorização das formulações na APS e manutenção da coordenação e equipe técnica preparada, qualificada e comprometida com os princípios do SUS, nos últimos 22 anos, são fatores que contribuíram fortemente para a manutenção da política.

A PNAN, organizada no setor saúde, tem muito a contribuir com a garantia universal do DHAA, mas, para tanto, é imprescindível haver a reorganização das demais políticas intersetoriais e a ação coordenada desse processo, bem como a atuação dos conselhos de sociedade civil no nível federal, estadual e municipal e o reforço às gestões estaduais e municipais para a agenda.

Destaca-se que os desafios enfrentados pelo SUS se traduzem também como desafios no avanço da política de A&N. Durante esses anos, considerando as variadas reformulações de diversas políticas e os limitados recursos financeiros em políticas sociais, o fortalecimento da PNAN e do Guia Alimentar são avanços essenciais a serem destacados.

Nesse sentido, é importante reconhecer que os avanços e produções elencados anteriormente foram construídos em um contexto árido para a formulação e implementação de políticas e, dessa maneira, devem ser especialmente celebrados. Ao mesmo tempo, os possíveis descompassos no andamento das demais políticas sociais e até mesmo do setor saúde em geral, podem, a qualquer tempo, desestabilizar e/ou enfraquecer a PNAN.

### Quais as perspectivas para a PNAN nos próximos 20 anos?

Numa perspectiva futura, considerando as ações implementadas até o momento e a identificação de barreiras e facilitadores, o maior desafio da PNAN é que as ações de A&N no SUS sejam qualificadas, aproximando-se da universalidade de forma integral e equânime. E que seja reforçada a APS enquanto coordenadora do cuidado e interlocutora do setor saúde frente às ações intersetoriais, de maneira a contribuir para a SAN da população.

O Quadro 1 apresenta uma lista de ações estratégicas para fortalecer a PNAN. Assim, é possível vislumbrar o fortalecimento e a valorização da PNAN no SUS e a implementação de ações e programas que impactem na melhoria das condições de vida, alimentação e nutrição das brasileiras e brasileiros, inclusive inspirando outros países no contexto internacional.

**Quadro 1. Ações estratégicas para fortalecer a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.**

<ul style="list-style-type: none"><li>-Fortalecer e aprimorar mecanismos de implementação e de monitoramento da PNAN em nível local.</li><li>-Instituir mecanismos de incorporação de indicadores que deem destaque à atuação das equipes de APS frente aos principais agravos relacionados à alimentação inadequada, de forma a induzir e intensificar a condução de uma agenda integrada de intervenções mais efetivas nos territórios.</li><li>-Garantir financiamento adequado para as ações de A&amp;N em nível federal, estadual e municipal, fortalecendo a Rede de Alimentação e Nutrição no SUS.</li><li>-Garantir o contínuo investimento em estudos e pesquisas em âmbito nacional para que as evidências científicas possam seguir norteando a PNAN, como nos últimos 20 anos.</li><li>-Aprimorar processos de comunicação para que a população possa conhecer as ofertas realizadas na área de A&amp;N nos serviços que integram a rede de atenção à saúde do SUS e equipamentos sociais com os quais realizam interface.</li><li>-Garantir que os Guias Alimentares sejam disseminados e implementados, e, principalmente, sejam os indutores de políticas públicas em todos os setores, desde a produção até o consumo de alimentos.</li><li>- Fomentar que a PNAN continue enquanto indutora das discussões sobre os impactos dos sistemas alimentares na saúde e nutrição da população brasileira.</li><li>-Estimular e formar lideranças em A&amp;N de forma a empoderar gestores estaduais e municipais de saúde, bem como conselhos de saúde locais para uma atuação proativa em torno da agenda. Reforçar a articulação com a sociedade civil organizada e os espaços de controle social do SUS e para a PNAN.</li><li>-Consolidar o SUS enquanto lócus fundamental da PNAN e por meio do qual as iniquidades em saúde podem ser enfrentadas.</li></ul>
--

Fonte: Elaboração própria.

**AGRADECIMENTOS**

A Ana M. Spaniol, Ana M. Martins, Ariene do Carmo, Eduardo Nilson, Jessica Pedroso, Lorena Chaves, Maria de F. Carvalho, Paula Leffa, Rafaella Santin, Sara Silva, Tatiane Pereira, Thaís F. Oliveira e Thais A. de Oliveira.

**REFERÊNCIAS**

1. Santos SMC, Ramos FP, Medeiros MAT, Mata MM, Vasconcelos FAG. Avanços e desafios nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Cad Saúde Pública 2021; 37 Sup 1:e00150220. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00150220>
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.894, de 11 de maio de 2021. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-894-de-11-de-maio-de-2021-319516367>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Ações de enfrentamento da má nutrição no contexto da pandemia: Portaria GM/MS nº 894, de 11 de maio de 2021 – Capítulo III / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo\\_acoes\\_frentamento\\_ma\\_nutricao\\_no%20contexto\\_pandemia.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_acoes_frentamento_ma_nutricao_no%20contexto_pandemia.pdf)
4. World Obesity Federation. covid-19 and Obesity: The 2021 Atlas The cost of not addressing the global obesity crisis March 2021. <https://www.worldobesity.org/resources/resource-library/covid-19-and-obesity-the-2021-atlas>
5. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n.2994, de 29 de outubro de 2020. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.994-de-29-de-outubro-de-2020-285765919>

6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde. Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologias em Saúde. Coordenação de Gestão de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Sobrepeso e Obesidade em adultos - Relatório de Recomendação. 2020.  
[https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201113\\_Relatorio\\_PCDT\\_567\\_Sobrepeso\\_e\\_Obesidade\\_em\\_adultos.pdf](https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2020/11/20201113_Relatorio_PCDT_567_Sobrepeso_e_Obesidade_em_adultos.pdf)
7. Brasil. Ministério da Saúde. Instrutivo de Abordagem Coletiva para manejo da obesidade no SUS / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo\\_abordagem\\_coletiva.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_abordagem_coletiva.pdf)
8. Brasil. Ministério da Saúde. Instrutivo para manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde: caderno de atividades educativas / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo\\_manejo\\_obesidade.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_manejo_obesidade.pdf)
9. Brasil. Ministério da Saúde. Material teórico para suporte ao manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Universidade Federal de Minas Gerais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/material\\_teorico\\_suporte\\_manejo\\_obesidade.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/material_teorico_suporte_manejo_obesidade.pdf)
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Manual de Atenção às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual\\_pessoas\\_sobrepeso.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/manual_pessoas_sobrepeso.pdf)
11. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Biomarcadores do estado de micronutrientes: prevalências de deficiências e curvas de distribuição de micronutrientes em crianças brasileiras menores de 5 anos 3: ENANI 2019 - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Instrutivo da Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó – NutriSUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo\\_estrategia\\_nutrisus.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_estrategia_nutrisus.pdf)
13. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil – PROTEJA [internet]. 2021.  
<https://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude/proteja>
14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Programa Crescer Saudável. <https://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude/crescersaudavel>
15. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Termo de Compromisso Nacional para deter o avanço da obesidade infantil no Brasil.  
[https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20210818\\_N\\_TermoObesidadeinfantil\\_8483000199661631175.pdf](https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20210818_N_TermoObesidadeinfantil_8483000199661631175.pdf)
16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. PROTEJA: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orienta\\_proteja.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/orienta_proteja.pdf)

17. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 1.862, de 10 de agosto de 2021.  
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.862-de-10-de-agosto-de-2021-337532485>
18. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 1.863, de 10 de agosto de 2021.  
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.863-de-10-de-agosto-de-2021-337541486>
19. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 2.670, de 13 de outubro de 2021.  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.670-de-13-de-outubro-de-2021-352339671>
20. Obesidade Infantil: Uma visão global da prevenção e controle na Atenção Primária - AVASUS.  
<https://avasus.ufrn.br/local/avasplugin/cursos/curso.php?id=484>
21. Brasil. Ministério da Saúde. Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde– Brasília: Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo\\_crianca\\_adolescente.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_crianca_adolescente.pdf)
22. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde [versão preliminar] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MjA4Mw==>
23. Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Recomendações para o Fortalecimento da Atenção Nutricional na Atenção Primária à Saúde no Brasil.[internet]. 2022. <https://nutricaoaps.com.br/>
24. Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/Biblioteca Regional de Medicina (BIREME). Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Vitrine do Conhecimento - Alimentação e Nutrição em Saúde Pública. [internet]. 2022. [https://brasil.bvs.br/vitrinas/post\\_vitrinas/alimentacao-e-nutricao-em-saude-publica/](https://brasil.bvs.br/vitrinas/post_vitrinas/alimentacao-e-nutricao-em-saude-publica/)
25. Brasil. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Chamada CNPq/MS/SCTIE/Decit Nº 27/2019 - Pesquisas para fortalecimento dos objetivos e diretrizes da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). [internet] 2019.[http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p\\_id=resultadosportlet\\_WAR\\_resultadoscnpqportlet\\_INSTANCE\\_0ZaM&filtro=encerradas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=9162](http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=encerradas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=9162)
26. Brasil. Ministério da Saúde. E-gestor: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Acesso em: 25 de outubro de 2021.
27. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.210, de 18 de maio de 2020. Habilita municípios a receberem recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados. Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.210-de-18-de-maio-de-2020-258260443>

- 28.** Brasil. Ministério da Saúde. Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.  
[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_guia\\_alimentar\\_pop\\_adulta.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_guia_alimentar_pop_adulta.pdf)
- 29.** Brasil. Ministério da Saúde. Fascículo 2 Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da população idosa / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_guia\\_alimentar\\_fasciculo2.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_guia_alimentar_fasciculo2.pdf)
- 30.** Brasil. Ministério da Saúde. Fascículo 3 Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de gestantes / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_guia\\_alimentar\\_fasciculo3.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_guia_alimentar_fasciculo3.pdf)
- 31.** Brasil. Ministério da Saúde. Fascículo 4 : protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de crianças de 2 a 10 anos [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 23 p.
- 32.** Brasil. Ministério da Saúde. Fascículo 5 : protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da pessoa na adolescência [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. Brasília : Ministério da Saúde, 2022.
- 33.** Brasil. Ministério da Saúde. Orientação alimentar de pessoas adultas com obesidade [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Universidade de Brasília. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 37 p.
- 34.** Brasil. Ministério da Saúde. Orientação alimentar de pessoas adultas com obesidade, hipertensão arterial e diabetes mellitus : bases teóricas e metodológicas [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Universidade de Brasília. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 30 p.
- 35.** Brasil. Ministério da Saúde. Portal Saúde Brasil. [internet]. 2021. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil>
- 36.** Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação. Resolução Nº 06, de 08 de maio de 2020. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE. Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>
- 37.** APS REDES. Laboratório de Inovação - Incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras. [internet]. 2021. <https://apsredes.org/laboratorio-de-inovacao-incentivo-a-producao-ao-consumo-e-ao-abastecimento-de-frutas-legumes-e-verduras/>
- 38.** Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP). Ministério da Saúde. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Organização Pan-Americana da Saúde. Diálogos Regionais Sobre Frutas, Legumes e Verduras. Brasil, 2021. [internet]. Disponível em: [https://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio\\_FLV\\_v03-2.pdf](https://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relatorio_FLV_v03-2.pdf)



39. Brasil. Ministério da Saúde. Ofício Circular Nº 3/2020/CGAN/DEPROS/SAPS de 07 de maio de 2020. Recomendações da Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde às Secretarias Estaduais de Saúde e do Distrito Federal visando contribuir para a Saúde e a Segurança Alimentar e Nutricional no contexto epidemiológico do novo coronavírus (COVID-19). Brasília: Ministério da Saúde, 2020.
40. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Recomendações de Alimentação em tempos de pandemia de covid-19. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. <[http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/recomendacao\\_de\\_alimentacao\\_em\\_tempos\\_de\\_covid-19.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/recomendacao_de_alimentacao_em_tempos_de_covid-19.pdf)>
41. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Manual de Identificação dos domicílios e Organização da Rede / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021. <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NDY4OTA%2C>
42. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 046, de 24 de junho de 2020. Recomenda aos Conselhos de Saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal, a criação de Comissões Intersetoriais de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020/1235-recomendacao-n-046-de-24-de-junho-de-2020>
43. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 012, de 14 de fevereiro de 2020. Recomenda ao Ministério da Saúde que implemente o Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020/1027-recomendacao-n-012-de-14-de-fevereiro-de-2020>
44. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 040, de 13 de dezembro de 2021. Recomenda medidas para a operacionalização adequada do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2021/2258-recomendacao-n-040-de-13-de-dezembro-de-2021>
45. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 022, de 24 de agosto de 2021. Recomenda a publicação do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Alergia à Proteína do Leite de Vaca para sua efetivação no SUS, entre outras medidas. Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2021/1986-recomendacao-n-022-de-24-de-agosto-de-2021>
46. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 023, de 24 de agosto de 2021. Recomenda a adoção de medidas de controle do preço dos alimentos para a garantia da segurança alimentar e nutricional. Brasília, 2020. [internet]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2021/1987-recomendacao-n-023-de-24-de-agosto-de-2021>
47. Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 005, de 31 de março de 2021. Recomenda medidas de promoção da saúde e da alimentação e nutrição no combate à pandemia do Coronavírus. [internet]. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2021/1675-recomendacao-n-005-de-31-de-marco-de-2021>
48. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Brasil entrega guia alimentar para países de língua portuguesa. [internet]. 2019. <https://aps.saude.gov.br/noticia/6635>

**49.** Mercosul. Declaração de Ministros da Saúde do Mercosul e Estados Associados sobre Assistência Alimentar a Populações Vulneráveis no Âmbito da Covid-19. Reunião entre Ministros da Saúde realizada por videoconferência no dia 03 de dezembro de 2020.[internet] 2020.

<https://drive.google.com/file/d/1tjw8qOIVBvGaQB2qGU9tEs3gdBtBgGEk/view>

**50.** Mercosul. Acordo N° 2/2021. Recomendações de Políticas para a Proteção das Dietas Tradicionais. Buenos Aires, 16 de junho de 2021. [internet] 2021. Disponível em:

[https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20210705\\_N\\_AlimentosTradicionaisMercosul\\_7361965606825182137.pdf](https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20210705_N_AlimentosTradicionaisMercosul_7361965606825182137.pdf)

**51.** Mercosul. Acordo N°6/2021. Promoção de um Ambiente Escolar Saudável. Foz do Iguaçu, 19 de novembro de 2021. [internet] 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15SmYFv8HJCZqCfXaDTm91VpSF1QDdwhn/view>

**52.** Brasil. Ministério da Saúde. Ofício N° 2381/2021/AISA/GM/MS. Assunto: Tokyo Nutrition for Growth Summit 2021, de 01 de dezembro de 2021. Brasília, 2021.

#### **Colaboradoras**

Bortolini GA, Lima AMC, Marinho PAS, Andrade GCL, Pires ACL, Bernardes MS e Bressan LA participaram em todas as etapas do artigo, desde a idealização do desenho do estudo; coleta, análise e interpretação dos dados; redação, revisão final e aprovação do manuscrito para submissão.

Conflito de Interesses: As autoras declaram não haver conflito de interesses.

---

Recebido: Recebido: 23 de fevereiro de 2022

Aceito: 12 de novembro de 2022